

OS ENTRAVES NA APLICAÇÃO DOS “MÉTODOS” DE ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: O QUE DIZEM NOSSAS EXPERIÊNCIAS NO PIBID EM CONTATO COM ESSA REALIDADE?

Francisca Francinalva Vieira Nobre¹
Rafaella Marques Venancio²
André Anderson Silva Araújo³
Joseval dos Reis Miranda⁴

RESUMO

As questões da alfabetização têm exigido esforços de muitos/as estudiosos/as e pensadores/as na tentativa de desvendar mecanismos que contribuam com o melhor desempenho para essa fase educativa. Sua repercussão se acentua em todos os graus de ensino dos educandos. Porém, ainda se nota grandes entraves, devido às concepções equivocadas em conduzir as dinâmicas dessa aprendizagem, como também, os desacertos nas escolhas entre métodos que não contemplam o que exige totalmente o processo da alfabetização e letramento. A partir do exposto, o objetivo deste texto foi analisar através das nossas experiências no PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, como ocorreu a contemplação do conjunto de procedimentos compreendidos como métodos, através do ensino remoto com a alfabetização. Para alcançar tal objetivo, buscamos averiguar: as relações professores/as e alunos/as; identificar a dinâmica das aulas virtuais e apontar as estratégias didáticas pedagógicas trabalhadas em benefício do desenvolvimento das aprendizagens dos educandos. Nosso embasamento teórico centrou-se com ênfase nos estudos de Soares (2004, 2016 e 2020) que versam sobre alfabetização, letramento e métodos, complementado pelas concepções de Mendonça (2015) e Mortatti (2006). Trata-se de um estudo qualitativo substanciado pelos relatos das nossas experiências vivenciadas pelo PIBID, com alunos do primeiro e segundo ano do ensino fundamental da Escola Municipal Dr. José Novais, João Pessoa- PB. Nossas experiências demonstraram limitações, impactos e novos desafios, especificamente devido carências aquisitivas dos educandos e falta de boas intervenções didáticas pedagógicas pelas limitações dos professores/as nesse contexto pandêmico.

Palavras-chave: PIBID, Métodos de Alfabetização, Ensino Remoto.

INTRODUÇÃO

O esclarecimento de Soares (2016), que: “métodos de alfabetização devem ser compreendidos como um conjunto de procedimentos que fundamentados em teorias e princípios orientam a aprendizagem da leitura e da escrita”, é fundamental para o desprendimento das limitações equivocadas sobre esse termo, oportunizando conscientizar-se quanto complexa é sua aplicabilidade.

¹ Graduanda de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, franvieiranobre@gmail.com;

² Graduanda de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rmv@academico.ufpb.br;

³ Graduando de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, andre.anderson.1308@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Departamento de Metodologia da Educação - UFPB, josevalmiranda@yahoo.com.br.

Talvez por essas razões, se perdurou ao longo da história as substituições de um método pelo outro, sem a percepção que as exigências se desdobravam pela necessidade de um trabalho panorâmico sem deixar de fora nem uma peça do quebra cabeça, dentro das condições de cada momento.

Agraciados por essas conquistas científicas na tentativa de melhor conduzir o processo da aprendizagem dos educandos, é pertinente questionar, como tem sido trabalhado o conjunto de procedimentos na orientação da leitura e da escrita através do ensino remoto em tempos de pandemia?

A pandemia do coronavírus alterou radicalmente os moldes de socialização e interação das pessoas, impondo uma adesão aos cenários virtuais, como consequência disso, as instituições escolares com condições ou sem condições buscaram se ajustar às novas modalidades, aderindo ao ensino remoto.

Nesse contexto, o distanciamento social fragilizou a mediação entre educadores e educandos e as variadas interações que ocorrem nos âmbitos escolares, fatores essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos defendidos pelas teorias construtivistas e sociointeracionistas.

Considerando essas fragilidades nas novas modalidades educacionais, esse trabalho tem como objetivo evidenciar como foram trabalhados os conjuntos de procedimentos da leitura e da escrita no ensino remoto, através da experiência vivenciada no PIBID com as turmas do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Dr. José Novais, João Pessoa-PB.

Para alcançarmos esse objetivo, buscamos através da experiência remota pelo PIBID: (a) averiguar as relações professores/as e alunos/as; (b) identificar a dinâmica das aulas virtuais; e (c) descrever as estratégias didáticas pedagógicas trabalhadas em benefício do desenvolvimento das aprendizagens dos educandos.

Trata-se de um estudo qualitativo por delimitar espaço e considerar as especificidades sociais e culturais construídas ideologicamente. O embasamento teórico recorreu às fontes secundárias: livros e artigos científicos físicos e digitais; e a construção dos resultados se ateu às nossas experiências vivenciadas pelo PIBID com alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental.

Está organizado da seguinte forma: (a) Contextualiza sobre os métodos de alfabetização e suas transformações no percurso histórico; (b) esclarece as divergências e interdependências entre alfabetização e letramento; (c) discorre sobre um breve contexto histórico dos métodos de alfabetização no Brasil e (d) trata das nossas experiências no contexto escolar pelo PIBID,

através do ensino remoto, com alfabetizando do 1º e 2º ano da Escola Municipal Dr. José Novais.

Por fim, nossas experiências evidenciam limitações, impactos e novos desafios. Especificamente devido carências aquisitivas dos educandos e falta de boas intervenções didáticas pedagógicas pela falta de apoio aos professores/as nesse contexto pandêmico.

METODOLOGIA

As aulas práticas da Escola Municipal Dr. José Novais passaram a ser ministradas remotamente quando as exigências da OMS - Organização Mundial da Saúde alertou sobre as necessidades do distanciamento social como meio de prevenção contra o coronavírus. Nesse contexto, nossa participação nas aulas remotas com os alunos, através do PIBID iniciou no mês de outubro de 2020.

A participação se dá uma vez na semana, através do aplicativo *WhatsApp* com a presença da professora vigente. Auxiliando os alunos/as na correção das atividades propostas associada aos conteúdos enviados, e elaborando vídeos orientados pelo coordenador do projeto, com o propósito de diversificar as ferramentas pedagógicas trabalhadas.

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo com aporte em revisão bibliográfica nos estudos de Soares (2004, 2016 e 2020); Mendonça (2015) e Mortatti (2006), substanciada pelos relatos das nossas experiências vivenciadas pelo PIBID com alunos do primeiro e segundo ano do ensino fundamental.

Durante esse processo nossas anotações e registros são os suportes de apoio para melhor evidenciar os procedimentos trabalhados e adotados para aquisição da leitura e da escrita.

OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO PERCURSO HISTÓRICO

A retrospectiva histórica elucidada por Mendonça (2015), evidencia que os métodos utilizados no processo da aquisição da leitura e da escrita, restrita às habilidades de transcrever e decodificar, remonta a idade antiga, atravessa a idade média e alcança a era contemporânea.

Nesse processo, as tentativas de superação dos métodos de alfabetização em função das exigências sociais econômicas e culturais de cada época, se constroem na tentativa de alcançar resultados que favoreça principalmente o setor econômico, atendendo prioritariamente interesses particulares, com favoritismo para uma pequena parcela da sociedade, sem ofertar todos/as de forma democrática.

Dentro desse panorama, pode-se esquematizar a história dos métodos de alfabetização da seguinte forma: (ARAÚJO 1996, *apud* MENDONÇA 2015, p.23-24)

O primeiro inclui a Antiguidade e a Idade Média, quando predominou o método da soletração; o segundo teve início pela reação contra o método da soletração, entre os séculos XVI e XVIII, e se estendeu até a década de 1960, caracterizando-se pela criação de novos métodos sintéticos e analíticos; e o terceiro período, marcado pelo questionamento e refutação da necessidade de se associar os sinais gráficos da escrita aos sons da fala para aprender a ler, iniciou em meados da década de 1980 com a divulgação da teoria da Psicogênese da Língua Escrita.

Diante do exposto, podemos notar que os métodos ditos tradicionais deixaram a desejar devido suas características centralizadas no tecnicismo, entretanto, certas exigências propícias à época foram atendidas, considerando suas limitações epistemológicas e teóricas. Sendo assim, é cabível refletir que a perpetuação dos problemas atravessando décadas, séculos e até mesmo milênios, não estão relacionados único e exclusivamente ao uso restritivo de métodos ou teorias, esse enfoque desvirtua e pode deixar passar despercebidas determinadas causas que contribuem com o fracasso no processo de alfabetização.

A essa situação podemos elencar também, as precárias formações de professores e a omissão de políticas públicas que deem mais ênfase a essa modalidade educativa, não restringindo a valorização do ensino estritamente ao acesso à educação, quando se perpetua as divergentes qualidades oferecidas, cooperando com a manutenção das desigualdades.

Segundo Soares (2020), a universalização do Ensino Fundamental sem o acesso à instrução de qualidade, não houve conquista de igualdade de direitos e de possibilidades, a autora está mostrando nitidamente que a raiz do problema está na exclusão e na assimetria das benesses educacionais.

Se refletirmos minuciosamente, as tentativas de soluções para os problemas da alfabetização até o final do século XX foram descentradas das necessidades dos educandos, ancorada nas práticas decorativas e desconexas de sentido. Reverberando na não compreensão do mundo que o sujeito está inserido, certamente isso acontecia devido a codificação e decodificação dar conta das funções básicas exercidas pelas camadas populares conforme as exigências econômicas.

Porém, com a ressignificação de paradigmas e as novas descobertas teóricas, impõe-se a necessidade de um novo modelo de alfabetização mais amplificado, tornando-se necessário, interpretar, diferenciar os gêneros textuais, situa-se no mundo fazendo sua leitura através do convívio e interação com o meio social mediados pela linguagem. Nesse contexto, tentando superar modelos anteriores que oscilavam entre a utilização do método da síntese- alfabetizar

em ordem crescente, das unidades menores para as maiores ou, do método da análise em ordem decrescente, das unidades maiores para as menores elucidado por Soares (2004), ascende a psicogênese da língua escrita através dos estudos de Emília Ferreiro.

Fundamentada na base da teoria cognitiva piagetiana, a psicogênese desloca o eixo do conhecimento centrado no educador/a e concentra na forma de aquisição sucessiva do conhecimento por parte dos educandos/as.

Esse processo defendia que: “[...] a aprendizagem da língua escrita pela criança, se dá por uma construção progressiva do sistema alfabético, do conceito de língua escrita como um sistema de representação dos sons da fala por sinais gráficos”. (SOARES, 2016, p.21). Para isso, os requisitos se desdobravam na interação profunda e variada das crianças com materiais e práticas reais.

O problema aqui no Brasil foram algumas interpretações equivocadas sobre a psicogênese da língua escrita, alguns educadores/as compreendiam que não necessitava das intervenções pedagógicas, elemento de mediação defendido tanto por Piaget, quanto por Vygotsky.

DEFINIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO ENQUANTO CONCEITO E VISÃO PEDAGÓGICA

A mudança de paradigmas recorrente em todos os segmentos da sociedade surge principalmente das necessidades das novas relações e práticas sociais, condicionadas pelos avanços tecnológicos e as novas exigências econômicas. Foi nesse contexto, que recentemente emergiu na área da educação e das ciências linguísticas, uma nova palavra e um novo conceito, o letramento, com a proposta de amplificar o processo da alfabetização.

Segundo Soares (2004), seu surgimento pode ser compreendido pela falta de recursos para a ampliação do termo alfabetização, como também, pela necessidade de uma extensão do sistema alfabético e ortográfico, propiciando novos hábitos de escrita e de leitura, que não se limite a ler e escrever, codificar e decodificar.

Esses novos hábitos e condutas sociais de leitura e da escrita, tomaram fôlego através da percepção da dependência que a vida social e profissional tem da língua escrita, entretanto, muita confusão tem sido gerada devido à dimensão panorâmica que o letramento tomou da alfabetização, nessa conjuntura, se tratando de conceitos, ambos podem ser compreendido da mesma forma, porém, no que concerne o plano pedagógico, faz-se necessário compreender suas especificidades, conforme a autora supra citada esclarece:

Alfabetização e letramento são processos cognitivos linguísticos distintos, portanto, a aprendizagem e o ensino de um e de outro é de natureza essencialmente diferente,

entretanto, as ciências em que se baseiam esses processos e a pedagogia por elas sugeridas evidenciam que são processos simultâneos e interdependentes. (SOARES, 2020, p.27. Grifo da autora).

É possível que, os equívocos quanto aos dois termos e sua aplicabilidade se deva às suas interdependências e simultaneidades, ou seja, ambos se conectam e se desenvolvem concomitantemente. Desmembrando de forma mais detalhada, cabe compreender a luz dos conceitos de Soares (2020, p.27) que: “[...] Alfabetização é o processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas — procedimentos, habilidades necessárias para a prática da leitura e da escrita”, já no que se refere ao letramento “[...] é a capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita”

Amparados/as nesses conceitos com suas características definidas, executá-los é angariar positivamente uma alfabetização amplificada e necessária para o contexto atual.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL NAS CONCEPÇÕES DE MORTATTI (2006)

As reflexões e discussões sobre as práticas de alfabetização ao longo do percurso histórico no Brasil se reportam com maior visibilidade a aplicabilidade dos métodos de alfabetização, com destaque mais acentuado a partir do final do século XIX na transição do regime monárquico para o republicano, nesse período os ideais republicanos centraram-se na competência escolar, com interesses centrados em conquistar um espírito de patriotismo.

Porém, esse terreno foi minado de tensas disputas e conflitos, devido às condenações dos métodos tradicionais por parte de alguns em defesa de novos métodos, e a resistência de outros pela permanência dos já existentes. No entanto, todos centravam na busca de resolução para o mesmo problema conforme alude Mortatti (2006) “a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública”. Em um primeiro momento, devido às precárias condições de materiais escolares, utilizou-se as cartas de ABC, para fins de leitura, esse material era de origem europeia.

No contexto das disputas entre os ditos métodos tradicionais e as novas orientações para alfabetizar tratado também por Mortatti (2006), o primeiro conflito ocorreu entre a marcha sintética e o método João de Deus. No método sintético o ensino se dava da parte para o todo, das unidades menores para maiores, nessa modalidade se inserem: “(o método da soletração alfabético); (método fônico); e (método da silabação)”, todos seguindo em ordem crescente. Os produtores das primeiras cartilhas no Brasil, se orientaram por essa lógica e pelos seus

conhecimentos didáticos, professores paulistas e fluminenses. Já o método João de Deus, ensinava a leitura partindo da palavra. (método da palavração).

Com a reforma da instrução pública no estado de São Paulo, e a criação da escola modelo anexa em 1986 elucidado pela autora supracitada, esse novo momento orientou-se do ponto de vista didático pelos novos métodos de instrução, com ênfase no revolucionário método analítico, essa modalidade era orientada pela pedagogia norte-americana, em oposição a marcha sintética defendia o ensino da leitura a partir do conhecimento do “todo”, para depois desmembrar suas partes, (palavra, sentença, ou a "historieta”).

Foi nesse clima de acordos e desacordos entre o uso de um método ou de outro, e por vezes na utilização mista dos dois, que mesmo com certas resistências as descobertas científicas empiristas, o consenso na condução desse processo se estabeleceu com as normatizações dos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: AS EXPERIÊNCIAS PELO PIBID EM TEMPOS DA PANDEMIA COVID-19

Considerando a inexistência de uma base teórica conceitual que ancore o ensino remoto e possibilite práticas didático-pedagógicas que se comuniquem com os recursos digitais para sua utilização, associada a carência de um bom planejamento que estreite os laços entre educador/a e educandos/as. Entendemos se tratar de um mecanismo adotado como paliativo para aplicar os moldes presenciais por intermédio dos instrumentos digitais. Conforme descrito:

[...] o ensino remoto não pode ser considerado uma modalidade educativa, mas, sim, uma ação pedagógica, na qual se processa certa transposição do ensino presencial para o ensino mediado por ferramentas digitais, predominantemente, ou pela proposição de apostilas e materiais impressos remetidos aos alunos. (CHARCZUK, 2020, p.5-6)

É nesse cenário improvisado no imediatismo, transpondo o ensino presencial por meio das ferramentas tecnológicas para o meio virtual que as experiências relatadas a seguir tratam.

São frutos do Subprojeto de Alfabetização (Pedagogia) e datam do ano de 2020 e 2021, com relatos e vivências de Francisca e Rafaella que entraram no período inicial do projeto, e também de André que adentrou posteriormente, em meados do programa no primeiro semestre de 2021. Ambos os estudantes são do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

As experiências foram vivenciadas uma vez por semana em turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Dr. José Novais, de João Pessoa – PB.

A participação pelo PIBID nas turmas se deu através de grupo de *Whatsapp*. Esta está sendo a estratégia adotada pelas professoras regentes, tendo em vista o período pandêmico do

coronavírus e suas implicações. Estes grupos contam com a participação da professora e dos responsáveis dos alunos. Nele são postados conteúdos, atividades entre outros.

Nós iniciamos, cada um em sua turma, fazendo uma apresentação para que os alunos e os responsáveis tomassem conhecimento da nossa presença e acompanhamento.

Ingressos em períodos diferentes no PIBID, conseqüentemente, tivemos distintas experiências, mas devido a limitação do artigo, destacaremos similaridades e pontos que julgamos principais evidenciando dificuldades e aspectos positivos e negativos.

Francisca deu início a sua jornada com a turma de 29 alunos do 2º ano no dia 30 de outubro de 2020, e finalizou no dia 18 de dezembro de 2020. Rafaella, trabalhou com a turma do 1º ano, iniciando dia 29 de outubro de 2020 com 26 alunos matriculados. Já André, está na turma do 1º ano, desde 21 de maio de 2021, com 25 alunos matriculados.

O contexto pandêmico fez com que as escolas precisassem pensar novas estratégias para ensinar à distância, além de fazer com que professores tivessem contato, cada vez mais, com o uso dos instrumentos tecnológicos. Sabe-se que uns não possuíam, alguns tinham mas em estado precário e outros não sabiam utilizar. Em tão pouco tempo, alguns sem auxílio nenhum, precisaram se adaptar à realidade tecnológica, pois, este tornou-se o principal meio para a comunicação entre pais, escola, professores e alunos.

Esse contexto evidenciou mais a desigualdade social, viu-se que nem todos os estudantes participam no horário estabelecido pois, este se choca com o do trabalho dos seus responsáveis. Sendo assim, não há recurso tecnológico, nem humano para acompanhar a aula do/a estudante com ele/a. Além disso, o acesso à *internet* é limitado e em alguns casos inexistente. Para superar ou diminuir essas dificuldades a professora é flexível e recebe atividades fora do período firmado e tem sido feito entregas de atividades impressas pela escola e uso de livros didáticos.

No que se refere a relação entre a discente e os educandos, não há como negar que a interação está prejudicada e a socialização fragilizada. O aplicativo *WhatsApp* é bastante limitado se comparado as possibilidades do presencial, o que dificulta o estabelecimento de uma dinâmica favorável. Isso se deve à falta de preparo docente em trabalhar com tecnologias mais abrangentes e o contexto socioeconômico de diversos alunos/as que não possuem condições para acessar as plataformas que exigem boa qualidade de *internet* e bons equipamentos eletrônicos.

Em relação a metodologia trabalhada pelas professoras nesse período tão complexo, predomina as atividades e os vídeos que são enviados diariamente, além da leitura e explicação do conteúdo e as questões. As disciplinas foco trabalhadas são português e matemática.

Geralmente, de maneira transversal, algumas temáticas eram abordadas com maior destaque para as datas comemorativas.

Mas também, existe o relato de que os conteúdos eram enviados agregados a uma atividade com uma breve explicação, após a exposição do material pelo app limitado, alguns alunos/as se apropriavam e devolviam as questões resolvidas. As correções eram feitas, e consecutivamente novos conteúdos eram abordados.

Nesse processo, há um desfoco no olhar para os educandos, há mesmo é uma preocupação voltada para aplicabilidade dos conteúdos, sobre essa dinâmica, Freire (2017) denominou de educação bancária, onde o educando é passivo e receptivo, e desconhece sua capacidade de inventar e transformar. Alinhada a essa situação, nota-se que os aspectos metodológicos, conteudistas e avaliativos que se apresentaram, Moita e Queiroz (2007, p.4) tratam como modelo da pedagogia liberal do século XIX, “Metodologia: aulas expositivas, comparações, exercícios, lições/deveres de casa; Conteúdos: passados - separados das experiências; [...]”.

Esse cenário já expõe as evidentes fragilidades na abrangência do conjunto de procedimentos necessários para a aquisição da leitura e da escrita conforme essa modalidade educativa exige. Segundo Soares (2020), centrar-se nos alunos/as é primordial para esse desenvolvimento, para isso, a aproximação entre educadores e educandos é imprescindível. De modo geral, só é possível superar as expectativas para uma boa alfabetização, se ao mesmo tempo que ocorrer a aquisição das técnicas da escrita, ocorrer também, o desenvolvimento de habilidades para seu uso pessoal e social.

Visando uma maior participação, uma das professoras fez uma proposta, todos os alunos iriam ganhar uma medalha a cada atividade feita, fazendo com que aumentasse a quantidade de devolutivas, o que remete ao *reforço positivo* de Skinner (PALÁCIOS, 2004, p.23) no condicionamento operante, se enfatiza que determinado comportamento sempre é provocado por um estímulo, ou seja, se tal comportamento for recompensado, a ação tende a se repetir, dessa forma, a utilização de reforçadores pode ser relevante para o processo educacional da criança, pois a recompensa a cada conquista alcançada incentiva mais o/a estudante, tornando o estudo mais dinâmico e prazeroso.

Sobre a avaliação feita pelas professoras, esta tem sido prejudicada, pois, alguns pais com sobrecarga de trabalho e leigos enquanto mediadores educativos, acabam fazendo a atividade pelos filhos, invisibilizando a desenvoltura do educando. Essa situação torna a análise das atividades insuficientes.

Além de que, a devolução das atividades não assegura aprendizagem plena, pois não se é acompanhado de perto o processo, se tem apenas o resultado, não é sabido pela professora, por exemplo, o quão independentes estão as crianças ao fazerem as tarefas.

Contudo isso, nota-se que as narrativas não se contradizem, mas sim, se reafirmam e se complementam, todas visibilizam questões saturadas de pesquisas teóricas, um exemplo disso é a falta de recursos tecnológicos que é uma carência de investimento na educação desde o período do ensino presencial e que no período remoto emergencial, se agrava mais ainda.

Os profissionais de educação assim como vários outros precisaram se reinventar nesse processo, ninguém estava preparado para esse contexto, os currículos não eram adaptados, os professores não foram treinados para ensinar on-line.

Algumas dessas situações já evidenciam os danos que o ensino remoto deixará devido a exclusão de muitos alunos/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oscilação entre o uso dos métodos no percurso histórico, demonstraram que a perpetuação das muitas lacunas no processo de alfabetização se manteve devido a inexistência epistêmica de como ocorria a aprendizagem, e as alternativas buscadas centrar-se no ensinar e não no aprender.

Com o advento da *psicogênese* esses paradigmas foram quebrados, voltados agora, para a compreensão do como se aprende, deslocando o “detentor” do conhecimento para a função de mediador/a, do processo educativo escolarizado.

Embora essa nova descoberta científica tenha demonstrado eficácia e avanços, é notório que o problema na alfabetização ainda se mantém, isso se deve, com maior ênfase, a manutenção das injustiças sociais e a falta de efetivação das políticas públicas conquistadas pelas minorias.

A adesão ao ensino remoto no contexto pandêmico desconsiderando as vulnerabilidades econômicas de muitos/as brasileiros/as, violou o artigo 205 da Constituição Federal, reconhecendo que nem todos/as têm acesso a *internet*, nem a softwares de qualidade que os permitam acessar plataformas digitais para um melhor desempenho das aprendizagens.

Esse estudo, através das nossas experiências com a alfabetização do 1º e 2º ano da Escola Dr. José Novais, João Pessoa-PB, fase educativa complexa e desafiadora, identificou limitações das professoras. Essas, desassistidas, no sentido de preparação para lidar com as novas situações emergenciais na educação.

Tendo suas intervenções pedagógicas engessadas e comprometidas pelas fragilidades nas interações e socializações com os alunos e alunas, vínculo fundamental para o desenvolvimento dos aprendizes principalmente nessa fase educativa devido às restrições sofridas pelo uso do aplicativo *WhatsApp* como sala de aula, e aos que não dispunham de um aparelho eletrônico, restando o acesso aos conteúdos pelas apostilas disponibilizadas pela escola.

Limitado o aluno/a realizar as atividades propostas, e a professora dar uma devolutiva identificando erros e acertos, sem condições de diagnosticar as dificuldades e os avanços dos discentes, reverberando em um modelo mecanicista e quantitativo de conteúdo, restringindo-se a utilização dos métodos tradicionais, desconsiderando o educando em sua dimensão subjetiva e qualitativa.

De modo geral, nossas experiências evidenciaram que a saída adotada pela adesão ao ensino longínquo atendeu duas perspectivas, cumprir com o calendário escolar e transmitir conteúdo. Intencionalidades essas, que vão na contramão em priorizar o conjunto de procedimentos denominado de “métodos,” que devem trabalhar as/os professoras/es para o alcance de uma boa alfabetização.

Certamente essas circunstâncias culminarão nos grandes desafios que terão alunos/as professores/as, na tentativa de minimizar os prejuízos ocasionados pela pandemia e pela omissão dos representantes públicos, principalmente do governo federal, ao esquivar-se de suas responsabilidades, e agir na contramão das determinações sanitárias determinadas pela OMS.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 20/06/2021.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/S7dGKjBx7Ch4FxCwVc93pVg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05/07/2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64.Ed. Rio de Janeiro/ São Paulo. Paz e Terra, 2017.

MENDONÇA, Onaide Schwartz. **Percursos Históricos dos Métodos de Alfabetização**. UNESP, Universidade Estadual Paulista, “Julio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Departamento de Educação UNESP/ Presidente Prudente, 2015, p.23-35. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40137/1/01d16t02.pdf> Acesso em: 05 de jun. 2021.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Departamento de Políticas da Educação Infantil e ensino fundamental, 2006. P.1-18. Disponível em: <<https://fbnovas.edu.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Acervo%20em%20PDF/Hist%C3%B3rias%20dos%20M%C3%A9todos%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 25 de jun. 2021.

PALÁCIOS, Jesús.; COLL, César.; MARCHESI, Álvaro. **Psicologia evolutiva: Desenvolvimento psicológico e educação**. Editora Artmed, 2004. P. 20-23.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio-filosóficos da educação: As tendências pedagógicas e seus pressupostos**- Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/fundamentos_socio_filosoficos_da_educacao/Fasciculo_09.pdf Acesso em: 04/06/ 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo. Contexto, 2016.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**- n. 29, 2004. Ed.Artmed, p. 96-100. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 29/06/21